

**TERRITORIALIDADE E GENEALOGIA DOS INDÍGENAS NA REVISTA DO IHGB:
AS NARRATIVAS DE GONÇALVES DIAS E COUTO MAGALHÃES**

**TERRITORIALITY AND GENEALOGY OF THE INDIGENOUS IN THE IHGB
MAGAZINE: THE NARRATIVES OF GONÇALVES DIAS AND COUTO
MAGALHÃES**

Daniel Leda de Arruda¹
Martha Victor Vieira²

RESUMO

Tendo como material de pesquisa a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, neste artigo iremos apresentar uma análise de duas narrativas produzidas no século XIX, intituladas, respectivamente: *Brasil e Oceania*, pertencente a Gonçalves Dias, e *Ensaio de antropologia: região e raças selvagens*, escrita por Couto Magalhães. Essa análise nos permite compreender melhor as disputas de memória e o foco da política indigenista no Brasil imperial.

Palavras-chave: Indígenas; Narrativas; Territorialidade, Brasil.

ABSTRACT

Using as research material the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, in this article we will present an analysis of two narratives produced in the nineteenth century, entitled, respectively: *Brazil and Oceania*, belonging to Gonçalves Dias, and *Anthropology Essay: region and wild races*, written by Couto Magalhães. This analysis allows us to better understand the memory disputes and the focus of indigenous policy in imperial Brazil.

Keyword: Indigenous Peoples; Narratives; Territoriality; Brazil.

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína - TO. Aluno de pós-graduação do Programa de Mestrado Profissional em História (Profhistoria/UFT). Atualmente é professor do Ensino Fundamental II na Escola Municipal Eliza Moreira Ferraz - Polo Centro de Ensino Infantil Despertar (CEID), no município de Formosa da Serra Negra - MA.

² Doutora em História Social pelo IFCS/UFRJ, Professora do Curso de História, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus de Araguaína

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, iremos abordar a questão indígena no século XIX, tomando como referência duas narrativas que trataram dessa temática, uma do escritor maranhense Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) e outra do mineiro José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898). A obra de Gonçalves Dias foi publicada em 1867 e intitulava-se *Brasil e Oceania: Memória apresentada ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro e lida na Augusta presença de sua Magestade Imperial*. Nessa *Memória*, o escritor romântico e membro do IHGB, afirmava que pretendia descrever o estado “físico, moral e intelectual” dos indígenas do Brasil. Com esse propósito, o escritor realizou uma pesquisa etnográfica detalhada da forma de organização social e da territorialidade indígena desde o início da colonização portuguesa.

Outro texto que nos chamou atenção na Revista é o *Ensaio de antropologia: região e raças selvagens*, escrito por Couto Magalhães em 1873. Formado em direito e militar carreira, ele era um entusiasta dos indígenas e achava que essa mão de obra poderia ser mais bem utilizada para o desenvolvimento econômico de Goiás. Ele foi presidente das províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, gostava de se enveredar pelo interior do país e coletou muitas informações sobre os indígenas da região central do Brasil, ao navegar pelos rios Araguaia e Tocantins. Magalhães (1873), que era um grande estimulador da proposta de melhorar a comunicação fluvial de Goiás com o Pará, aponta na sua narrativa que o sertão brasileiro era um “laboratório de história natural”.

Tendo em vista o pouco conhecimento que se tem sobre essas duas obras, nosso objetivo é dar publicidade e comparar os textos de Gonçalves Dias e Couto Magalhães, com o intuito de entender aspectos históricos relativos à cultura e à territorialidade dos indígenas brasileiros.

Para entender melhor o conceito de cultura, iremos nos respaldar no texto de Denys Cuchê (2012), que historiciza o conceito de cultura desde final do século XIII até o século XX. Já para o conceito de territorialidade usamos Rogério Haesbaert (2004), Fuini (2017) e Paul Little (2002). Haesbaert (2004b, p. 3) analisa o tema da territorialidade ressaltando as relações econômicas, políticas e culturais dos grupos com o espaço onde residem. Já Fuini (2017) ressalta a dimensão material e imaterial

desse conceito. Enquanto Paul Little (2002, p. 257-258), além de definir territorialidade como a relação dos sujeitos com a sua “homeland”, destaca a forma como o Estado-nação, com base no direito de soberania, impõe a sua própria concepção de territorialidade aos povos tradicionais, sendo esta imposição um dos motivos dos confrontos entre Estado e os povos tradicionais, devido às divergências em relação ao encaminhamento da política fundiária ou mesmo devido às ocupações das terras indígenas por empresários

Como suporte teórico para esse estudo, nos respaldamos nos conceitos de cultura e territorialidade supracitados, para investigar as informações que circularam no século XIX sobre a história indígena, tais como: qual a origem dos indígenas brasileiros, como usavam os recursos naturais, a diversidade linguística, etc. Ademais, esse estudo comparativo das duas narrativas nos permitirá discutir se haviam diferenças entre os projetos para os indígenas nas reflexões feitas pelos intelectuais oitocentistas e veiculadas na *Revista do IHGB*.

Como procedimento metodológico, procuramos ler e comparar os textos de Gonçalves Dias e Couto Magalhães, verificando se existiam diferenças nas interpretações dos indígenas nesses dois autores. Ademais, buscou-se verificar qual aspecto da cultura e organização social indígena chamou mais atenção dos respectivos estudiosos e também quais foram as etnias mencionadas. Buscamos observar ainda quais eram as fontes usadas por esses autores para coletar informações sobre os indígenas brasileiros.

Partindo do pressuposto de que as narrativas desses autores (Dias e Magalhães) nos fornecem vários indícios sobre a territorialidade dos indígenas brasileiros, nos respaldamos nos estudos de Haesbaert (2004b, p. 3), que, ao analisar o conceito de territorialidade, afirma que o mesmo “além de incorporar uma dimensão estritamente política”, envolve “também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar’.” Dialogando com Haesbaert, Fuini (2017, p. 24), acrescenta que o conceito de “territorialidade” se compreende tanto na dimensão material, no qual os aspectos físicos estão presentes, como no sentido imaterial, no qual o âmbito simbólico se encaixa.

Outro teórico no qual nos embasamos é Paul Little (2002), que define “a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Além de definir a territorialidade, Little (2002, p. 255) argumenta que as frentes de expansão da agropecuária produziram “um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos.”

No que diz respeito ao conceito de cultura, estamos usando Denys Cuchê (2002, p. 143), que compreende a cultura como uma produção sócio-histórica dinâmica, que resulta das relações entre os grupos sociais no espaço e no tempo. Para esse autor, o sentido do termo cultura está vinculado à “ideologia do Iluminismo”, na medida em que “a palavra é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação”, que estavam no centro do pensamento do século XVIII (CUCHE, 2002, p. 21).

Sobre a relação entre o texto escrito e o lugar de produção nos quais os sujeitos discursivos estão inseridos embasamo-nos em Michel de Certeau (1982, p. 66-67), que afirma que: “Toda pesquisa historiográfica se articula a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural [...]”, um “sistema de referência”, no qual se baseia o pesquisador para produzir uma interpretação histórica. No caso dos textos publicados na Revista do IHGB, que estamos analisando, esse referencial teórico tem indícios historicistas e da ilustração (2006). Já o lugar institucional da fala é um Instituto financiado pelo Estado Imperial.

A análise das duas narrativas presentes na *Revista do IHGB* demonstra a pujança que a questão indígena possuía nos Oitocentos, e a forma como esses escritos buscavam realizar uma pedagogia política e forjar uma memória que fosse favorável à construção de uma identidade nacional brasileira. Por essa razão, essas narrativas, e as proposições/intenções a elas relacionadas, precisam ser revisitadas e desconstruídas, a fim de que sejam revista as políticas para os povos originários que o Estado brasileiro defende na atualidade.

2 A QUESTÃO INDÍGENA NO IHGB: A VISÃO DE GONÇALVES DIAS

A análise dos textos da *Revista do IHGB* demonstra que a temática indígena tinha uma grande importância no século XIX. Sendo identificado cerca de 48 artigos referentes aos indígenas, durante 1839 a 1888. Só no ano de 1859 encontramos 23 estudos sobre os indígenas. Esses textos falam da língua, dos costumes, do uso dos recursos naturais e das aptidões dos povos indígenas que viviam em diferentes províncias do Império. Era consenso entre os intelectuais oitocentistas a importância de se conhecer a cultura dos habitantes que residiam no território, antes da chegada do colonizador português.

A questão indígena tornou-se pujante nos Oitocentos porque esses povos foram eleitos por políticos e intelectuais como representantes da nacionalidade brasileira. Bernardo Ricupero (2004, p. 125) afirma que a questão indígena e das fronteiras teve grande destaque no IHGB porque “a maioria dos sócios tende a crer que é nos índios que se encontram os fundamentos da nação brasileira”. A ideia de colocar o indígena como símbolo nacional brasileiro devia-se ao propósito de marcar a alteridade em relação à Portugal, visto que a independência do Brasil era recente e havia um ranço antilusitano por parte da elite brasileira, que queria marcar sua autonomia política e cultural.

A temática indígena era tão candente que o historiador Francisco de Adolfo Varnhagen (1841) defendia, inclusive, que houvesse o estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil. Na interpretação de Manoel Luis Salgado Guimarães:

Para os círculos intelectuais, ocupar-se deste tema ganhava sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da Nação colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de integração física do território e a discussão relativa às origens da Nação. Significava pensar o lugar as populações indígenas no projeto em construção, definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir. (GUIMARÃES, 1988, p. 20)

No pano de fundo do interesse do IHGB em conhecer e narrar a história do Brasil estava algumas razões bastante pragmáticas do Estado brasileiro, que atrelado ao poder privado pretendia conquistar as terras ocupadas pelos indígenas, a fim de expandir as atividades da agropecuária. Como afirma Paul Little (2002, p. 254-255): “A

história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que aí residem.”

Na visão dos membros do IHGB, para contribuir para o desenvolvimento cultural e econômico do Brasil era preciso conhecer os grupos indígenas, com a finalidade de inseri-los na sociedade “civilizada”. É com esse objetivo que o escritor romântico Antônio Gonçalves Dias se debruça na investigação sobre a história desses povos tradicionais. Como diz na introdução do seu texto, ele pretendia descrever o estado “físico, moral e intelectual” dos indígenas do Brasil (DIAS, 1867, p. 1).

A narrativa de Dias é interessante de ser analisada e divulgada porque faz uma descrição etnográfica detalhada da forma de organização social e da territorialidade indígena desde o período da colonização portuguesa, como o objetivo de destacar as “primeiras páginas” da história do Brasil. Gonçalves Dias, que escreveu a memória *Brasil e Oceania* em 1867, afirma, porém, que essa era uma tarefa difícil, porque as épocas “primitivas” do Brasil assemelhava-se a um “labirinto”

pouco se poderá dizer de um povo sem meios nem possibilidades de transmitir os seus actos á posteridade, - e cujas recordações não passam além da memória de um homem, ou das tradições de uma família; tradições que de ordinário reciprocamente se contradizem e combatem nas relações de tribus, havia muito, dispersas e separadas; ou limitrophes, se contrapunham n'umestado de hostilidade permanente e de ódios recíprocos, que, longe de se abrandarem com o tempo, se encrudesciam cada vez mais pelo próprio facto da vizinhança. (DIAS, 1867, p. 6, T. XXX)

Dias afirma ter consultado as crônicas e documentos coloniais, entre os quais a obra de Ferdinand Denis e de Pero de Magalhães de Gândavo. Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, publicou *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Por sua vez, Ferdinand Denis, em 1825, escreveu, em francês, o livro *Resumo da história do Brasil, seguido do resumo da história da Guiana*. De acordo com Dias, os povos Tupis não eram autóctones, eram conquistadores, por isso eram mais fortes e numerosos, habitavam “matas mais abundantes” e rios “mais piscosos”. Eles teriam vindo do Norte e seguido em direção ao Sul, conquistando os povos que encontravam no caminho. Essa inferência baseava-se nas intensas rivalidades entre os povos originários e na linguagem usada pelos mesmos, por exemplo, ao designarem como Tapuya caa-póras os grupos inimigos que viviam no

interior. Os dois grupos étnicos que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses seriam: os Tupis habitantes do litoral e os Tapuias. Entre os Tapuias estavam os Aimorés e os Botocudos (DIAS, 1867, p. 13-15, T. XXX).

Depois da chegada dos europeus os indígenas teriam se deslocado para o Amazonas e as florestas do Norte. Na narrativa desse autor fica evidente a importância da terra e dos rios para esses povos. Nas suas palavras:

Estes grupos [...] Como vivessem da caça e pesca, careciam para terem garantida a sua subsistência de terra que chamassem suas; e estas só podiam alcançar pela força, só podiam conservar auxiliados pelas dificuldades do terreno. Os rios, as florestas, as montanhas, eram seus marco divisórios; mas quando uma das margens do rio era ocupada por tribu d língua diferente da que fallavam os da margem opposta, ou quando uma floresta se interpunha entre ambas, nem sempre taes raias seriam respeitadas: então disputadas promiscuam ente por ambas deveriam ser motivo de desavenças, e de ordinário o seu campo de batalha. (DIAS, 1867, p. 28, T. XXX)

Havia uma grande diversidade de povos e línguas, nem todos do litoral eram Tupis e nem todos do interior eram Tapuias, sendo esses os “primeiros povoadores do paiz” (DIAS, 1867, p. 43-44, T. XXX). Embora reproduzisse a forma de pensar dominante da elite branca e letrada oitocentista, considerando o indígena como “indolente” e “preguiçoso”, Gonçalves Dias questiona o fato dos cronistas coloniais acharem que os indígenas, nos “tempos da descoberta da América”, não possuíssem nem fé, nem lei, nem rei. Segundo ele: era “[...] inexacto que elles não tivessem normas pelas quaes nos casos de maior momento se regulassem, ou chefes que os dirigissem”. Isso porque, considerando uma análise da “[...] mythologia dos povos americanos, acharemos uma tal abundancia de crenças e tradições, que é difícil combinal-as entre si.” (Ibid, p. 96, T. XXX).

Na visão desse escritor, os Tupis não só tinham religião, como essas eram bem complexas, e que seus “costumes eram leis” e que havia uma hierarquia entre eles. A diferente concepção de territorialidade entre indígenas e não-indígenas, especialmente tendo como referência a cultura europeia, contudo, levou Dias a afirmar que: “Vê-se d’este rápido esboço que os indígenas do Brasil, quando comparados aos homens da raça branca das outras partes do mundo, acharam-se em um estado muito e muito inferior ” (DIAS, p. 184, T. XXX).

Um tema caro aos membros do IHGB no século XIX era a questão da civilização, como esclarece o historiador Manuel Salgado Guimarães (1998, p. 11):

[...] lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, linguísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território -, cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada. Por outro lado, este mesmo instrumental capacitaria o investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização.

É interessante notar como a temática da civilização aparece em Gonçalves Dias, segundo o qual a civilização varia segundo os “lugares”, “povos” e “tempos”. Mas que nessa época: “Genericamente chamamos civilizado o povo, que nos hábitos sociais tem religião, governo e industria; em particular porém e para o assumpto de que nos ocupamos, pergunta-se se no estado em que foram encontrados podiam receber a luz e a fé do Evangelho.” (DIAS, 1867, p. 237, T. XXX). Na conclusão do seu texto, Dias afirma que os Tupis poderiam ser catequisados, pois se achavam em um “estado decadente”. Aponta também que os mesmos eram hospitaleiros e bons aliados.

Essa ideia de que os indígenas eram amigos tem relação com o pensamento indianista, mas também com os propósitos desenvolvimentistas dos intelectuais e políticos deste período que pretendiam atrair pessoas para povoarem e explorarem o vasto território. A construção de presídios militares em Goiás, todavia, durante o século XIX, bem como a preocupação das autoridades estatais com a segurança individual e de propriedade, devido às ações indígenas nesta província, indica que havia grupos étnicos que resistiam ao processo de conquista.

Não adentraremos neste artigo na parte que trata da Oceania na narrativa de Gonçalves Dias, mas é importante comentar que na comparação feita entre Brasil e Oceania o autor conclui que os negros dessa região eram inferiores aos ameríndios. No final da narrativa, Dias reitera um aspecto fundamental da proposta da política indigenista Colonial e Imperial ao afirmar que fez este estudo sobre os indígenas brasileiros para ressaltar a importância da difusão da catequese para os povos originários do território.

Desde o Período Colonial, a intermediação dos eclesiásticos era fundamental para que os indígenas aceitassem pacificamente a presença de estrangeiros. Os missionários não apenas catequizavam, mas incentivavam a aceitação dos costumes dos conquistadores, como por exemplo, o hábito do trabalho remunerado. Os missionários que agiam nas aldeias foram hábeis ao aprenderem a língua e incorporarem elementos dos povos originários para melhor difundir o catolicismo. Nesse sentido, como bem destaca Ângela Domingues (1998, p. 260) no seu estudo sobre a região amazônica, o papel do intérprete era fundamental para o êxito do contato interétnico, visto que estes agentes de dois hemisférios diferentes não conheciam o idioma um do outro. Segundo essa historiadora, caso fosse indígena, ainda que de outra etnia, o intérprete podia mais facilmente promover os descimentos.

3 OS INDÍGENAS NA VISÃO DE COUTO MAGALHÃES.

Outro texto que nos chamou atenção na Revista do IHGB foi o *Ensaio de antropologia: região e raças selvagens*, escrito por Couto Magalhães. Esse autor era um entusiasta dos indígenas. Foi presidente das províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso e coletou muitas informações sobre os indígenas da região central do Brasil. Navegando os rios Araguaia e Tocantins, Magalhães (1873) considerava que o sertão brasileiro era um “laboratório de história natural”.

José Vieira Couto Magalhães escreveu o *Ensaio de Anthropologia Região e Raças Selvagens*, que publicou na Revista do IHGB em 1873. De saída, o autor destaca que “o laboratório e museu em que temos por ora de estudar as raças selvagens da nossa terra são os nossos sertões, isto é: um laboratório ou museu que abrange uma área de muitas mil léguas quadradas” (MAGALHÃES, 1873, p. 359, T. XXXVI). No contexto discursivo dessa assertiva, pode-se inferir que Magalhães acredita que penetrando os sertões pode-se produzir um conhecimento científico sobre os indígenas, nos moldes do que ele designa de “sciencias positivas” (Ibid.).

Para Magalhães o homem americano é antigo e teria aparecido no início da era quaternária. Pelo menos mil anos antes da chegada dos europeus. Os indígenas brasileiros teriam vindo do “Plateaux”, no continente africano, em período anterior a

vinda dos incas Incas do Peru, teriam vindo cerca de 400 anos antes da “descoberta” do Brasil. Nas suas estimativas, teria mais ou menos mil anos que a primeira indígena se relacionou com um branco. Os indígenas brasileiros, na visão desse autor, não conheciam a arte de fundir os metais e nem mesmo os distinguiam das pedras. Mas conheciam o uso do fogo. Esses “selvagens” estariam em “grande atraso e no primeiro degrau por assim dizer da civilização”. Alguns, porém, já estavam no “sub-período” da civilização, quando se usa o fogo para “queimar vasos de argila” (MAGALHÃES, 1973, p. 393- 404, T. XXXVI)³. A fase da civilização dos indígenas do Brasil seria o período da pedra polida (Ibid. p. 407).

A preocupação em promover o avanço da “civilização” brasileira está expressa no fragmento abaixo:

Tenho observado muito nas viagens feitas por mim nos últimos dez annos, as quaes representam mais de quatro mil léguas percorridas, ora á cavallo, ora em canôas, nas regiões e rios mais centraes das províncias de Goyaz, Pará e Matto-Grosso, onde residem hoje as nossas grandes populações indígenas; o leitor terá feito provavelmente uma idéa clara d’essas viagens pelo que deixei escripto no capitulo antecedente. (MAGALHÃES, 1873, p. 390, T. XXXVI).

Para Magalhães a maior parte da população indígena dessa época vivia na região central do Brasil e no Amazonas, lugares esses que eram praticamente desconhecidos dos brasileiros na segunda metade do século XIX: “Nessa região, por assim dizer virgem, existe uma população indígena que alguns avaliam em dois milhões de habitantes, que outros pretendem que não excede a quatrocentos mil, mas que em todo caso é considerável.” Na sua visão: “Ao tempo da descoberta do Amazonas era a raça *Tupí* que predominava n’essas regiões, com o nome de *Tupinambá*. Por vestígios archeologicos de louça e outros artefactos, por vestígios de línguas, eis-aqui o meu modo de pensar respeito ás raças que povoam essas região. (MAGALHÃES, 1873, p. 360-387, T. XXXVI).

Assim como em Gonçalves Dias, a temática da civilização também aparece em Couto Magalhães, que igualmente, vê os indígenas dentro de uma perspectiva branca

³ Nesta parte, Magalhães rebate a informação do texto *Novo orbe seráfico brasílico* (1761), do frei franciscano Antônio de Santa Maria Jaboatão, que teria afirmado que os indígenas brasileiros não conheciam o fogo na época da chegada dos portugueses.

e europeizante, como diz Manoel Salgado Guimarães (1988). Nas palavras de Magalhães:

Muitas vezes, nas noites que eu era obrigado a velar com o *revolver* na mão para defender-me dos índios, perguntei a mim mesmo quando a civilização chegaria a essas solidões. Hoje temos mil e trinta léguas navegadas a vapor, e não sessenta que então haviam. Mil e trinta léguas pelo interior, e há brasileiros que desesperam de nosso progresso. (MAGALHÃES, 1873, p. 388, T. XXXVI).

Neste trecho, que contraria a ideia de ter nos sertões apenas indígenas pacíficos e passivos, pode-se inferir que “civilização” equivale a “progresso”, desenvolvimento material. Em certos termos, assemelha-se a Gonçalves Dias que afirma que civilizado significava ter “religião, governo e indústria” (DIAS, 1867, p. 237, T. XXX). Há nas palavras de Dias uma recriação da famosa frase de Pero Magalhães de Gândavo (2004), que, escrevendo no início de 1570, dizia que os indígenas brasileiros não tinha fé, nem lei, nem rei, embora haja passagens do texto em que ele afirma que os indígenas tinham leis, advindas dos costumes, e uma mitologia vasta ”(DIAS, p. 184, T. XXX). Magalhães (1873), porém, é mais pragmático quando fala em progresso e civilização, notoriamente, sua preocupação é a questão do desenvolvimento econômico. Seu objetivo maior era estimular a navegação a vapor dos rios Araguaia e Tocantins.

Magalhães demonstra ter feito uma pesquisa bibliográfica densa, usando geólogos, historiadores, antropólogos, biólogos e linguistas, para citar algumas, ao falar dos indígenas da América do Sul, uma das referências é o historiador e político argentino Vicente Fidel López, que em 1868 escreveu o livro *A raças arianas do Peru*. Outro trabalho citado é *A origem das espécies* (1859) de Charles Darwin. Menciona-se também o geólogo britânico Charles Lyell, que entre 1830 e 1833 escreveu a obra *Princípios de geologia*.

Segundo Magalhães, os indígenas da América do Sul usavam a língua *guaraní* ou *tupi*, que para ele eram similares. Estes autóctones teriam chegado ao Brasil pela via da emigração. Eram povos agricultores, antes da chegada dos europeus, não tinham tido a vida pastoril, mas já conheciam processos de fermentação. Por isso já não “estavam muito na infância”. Ademais: “as raças aborígenes do Brasil apresentam dois typos: um primitivo, e outros cruzados com

raças brancas que deverão ter aportado á America muitos centos de annos antes da descoberta d'ella por Christovão Colombo”. (MAGALHÃES, p. 414-423, T. XXXVI).

Ao descrever o cotidiano dos indígenas brasileiros, Magalhães afirma que “Para o índio essa é a região onde a vida é fácil; a caça e o peixe são ahi não só em grande abundancia, mas tão facilmente colhidos que, para viver e gozar de abundancia, não é necessário trabalhar”. (MAGALHÃES, p. 375, T. XXXVI).

Essa visão do indígena como um ser preguiçoso que precisava ser civilizado estava presente tanto em Gonçalves Dias quanto em Couto Magalhães. Ambos confirmam que inicialmente o colonizador teve contato com os Tupis e ambos também defendiam a catequese como forma de inserção e domesticação dos indígenas. Magalhães, como nós já afirmamos, era mais pragmático, pois acreditava que era preciso conhecer a língua tupi-guarani, sendo esta o grande veículo para “levar civilização e religião” para os “selvagens” que residiam nos sertões brasileiros, “a espera de que lhe vamos levar a civilização e o trabalho” (MAGALHÃES, p. 431, T. XXXVI). Aliás, para Magalhães, a mão de obra indígena era fundamental na indústria pastoril e devia ser ainda mais bem aproveitada para promover o desenvolvimento do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacamos, conhecer os indígenas, as paisagens, a geografia e a história do Brasil eram o objetivo comum dos letrados que faziam parte do IHGB. Esses letrados, para construir uma identidade para nação, precisavam pensar o lugar “outro”, que residia no território, quais sejam indígenas e africanos. Pensar e falar sobre o outro, todavia, não significou a aceitação dos mesmos, por isso, as narrativas que tratam dos indígenas são repletas de imagens depreciativas (GUIMARÃES, 1988, p. 7). O fato é que os indígenas foram eleitos como símbolo nacional apenas no âmbito da retórica, pois na prática o projeto de Brasil que estava sendo construído não respeitava a cultura e as formas de territorialidade indígena.

Nos dois textos lidos, *Brasil e Oceania* e *Ensaio de antropologia: região e raças selvagens* observa-se que a ideia de conhecer e descrever os costumes, crenças e aspectos físicos dos indígenas tinham como finalidade pensar um projeto

de assimilação dos mesmos à sociedade não-indígena. Inclusive, cogitava-se a utilização desses indígenas como mão de obra. Os intelectuais do movimento indianista e os membros do IHGB estando em um “lugar de fala” (CERTEAU, 1995) ligado ao Estado Imperial, compartilhavam uma mesma cultura política e a opinião de que indígena bom é aquele amigo, era o indígena aldeado e “civilizado”, ou seja, catequizado, que adotou sem grandes manifestações de resistências a cultura dos não-indígenas.

Tendo se apropriado das ideias iluministas, os membros do IHGB usaram a palavra civilização no sentido de cultura intelectual e material. Daí a importância creditada à instrução como motor do progresso e ou da civilização. Acreditava-se que era preciso incentivar a educação formal para se atingir a civilização. Como afirma Denys Cuchê (2012, p. 21), no século XVIII, “[...] A ideia de cultura participa do otimismo do momento, baseado na confiança no futuro perfeito do ser humano. O progresso nasce da instrução, isto é, da cultura, cada vez mais abrangente”.

No contexto do século XIX, a palavra civilização era muito usada, pois consistia em uma meta a ser atingida pelo Estado brasileiro. No manual didático *Lições de História do Brasil*, Joaquim Manuel de Macedo nos ajuda a entender melhor o sentido impresso nesse conceito ao definir que: “Civilização é a instrução de um povo nas artes e sciencias que podem fazer a sua prosperidade moral e material, isto é, que esclarecem o seu espírito, e fazem o seu bem estar”. Os gentios brasileiros, como não tinham esse tipo de “civilização”, eram considerados como “selvagens”. A expressão selvagem era também recorrente nos impressos oitocentistas, por isso Macedo em seu manual ensina ao leitor que esse termo designa “os povos que ignorão a arte de escrever, que não tem polícia, que não tem religião, ou profissão religião absurda, e que vivem em plena liberdade de natureza” (MACEDO, s/d, p. 52).

É tendo como referência a mesma matriz interpretativa de Macedo que Gonçalves Dias (1867, p. 237, T. XXX) afirmava que entendia por “civilizado o povo, que nos hábitos sociais tem religião, governo e industria”. Nesse sentido, tornar o indígena civilizado era ensinar a religião cristã e os conhecimentos formais da sociedade não-indígena, especialmente da cultura europeia. Isso envolvia aprender a ler e escrever na língua portuguesa. Isso significava se submeter às leis e

instituições do Estado Imperial. Em outros termos, os saberes impostos aos indígenas, desde a colonização portuguesa, implicaram negar a territorialidade e a cultura desses povos. Na medida em que se impõe uma forma do sujeito se relacionar com o espaço onde vive e uma forma, considerada ideal, dos sujeitos verem e representarem o mundo.

No decorrer do tempo, com a circulação das narrativas etnocêntricas, a sociedade brasileira se apropriou dessas informações, por essa razão, na atualidade os intelectuais que trabalham a história indígena buscam adotar a chamada perspectiva decolonial (BRIGHENTI, 2016, p. 245), a fim de reconstruir a história dos povos tradicionais com novos olhares, tentando se aproximar da visão de mundo ameríndia. Mas é preciso uma política editorial e acadêmica que incentivem e criem espaços para que os descendentes dos povos originários possam falar por eles mesmos, que possam narrar seus costumes e as histórias que escutaram de seus ancestrais e que possam preservar a sua língua mãe.

REFERÊNCIAS

BOSCHI, Caio. A religiosidade laica. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir). **História da expansão portuguesa** (1570-1697). Navarra, Espanha: Gráfica Estella, vol. II, 1998b. p. 419-428.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Colonialidade e decolonialidade no ensino da história e cultura indígena. In. WITTMANN, Luisa Tombini; SOUZA, Fabio Feltrin de. **Protagonismo indígena na história**. Tubarão-SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS, 2016. p. 231-285. (Educação para as relações étnico-raciais, v. 4). Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-na-histc3b3ria.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In. CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56-108.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2012.

DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania: memória apresentada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e lido na augusta presença de Sua Magestade Imperial. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, XXX, Parte II, p. 3-193, 257-395, 1867. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B52TfDyGHoA1UmVEdGVNdnprTkE/view>. Acesso em: 23 mar. 2017.

DOMINGUES, Ângela. Comunicação entre sociedades de fronteira: o papel do intérprete como intermediário nos contactos entre ibero-americanos e ameríndios na Amazônia de finais do século XVIII. In: **Actas da VIII Reunião Internacional de História da Nautica e Hidrografia, Limites do mar e da terra**. Cascais: Patrimonia, 1998. p.255-266.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. In: **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-41, 2017.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil**: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GUIMARÃES, Manoel. Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: tensões da escrita da história do Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel. Luiz Salgado.. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 68-85.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre. 2004a, p. 1-20. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

Little, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. **Anuário Antropológico**, 28(1), 251-290, 2002. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf. Acesso em: mai. 2018.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História de Brazil para uso das Escolas de Instrução Primária (1861/63)**. 9. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, s/d. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/node/530>. Acesso em: mar.2014.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de antropologia: região e raças selvagens. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, Tomo XXXVI, Parte II, p.359-501, 1873. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKsQldLcExuRk40d0U/view. Acesso em: 23 mar. 2017.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.